



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XI LEGISLATURA (2018 – 2022)

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Delfim Neves

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Arlindo Barbosa
Alékcio da Marta
Adilson Managem

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 19 horas e 20 minutos.

Dando início à sessão solene do dia 21 de Dezembro, dia da posse do Governo de Transição, Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional (Delfim Neves) tomou lugar na Sala 222, Anfiteatro, à direita do Presidente da República (Evaristo Carvalho). Constituída a Mesa, a Banda das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe entoou o hino nacional.

Seguiram-se as intervenções dos Grupos Parlamentares da Coligação PCD/MDFM-UDD

(Danilson Cotú), do MLSTP/PSD (Amaro Couto) e do ADI (Abnildo d' Oliveira).

De igual modo, interveio o ex-Primeiro-ministro do Governo de Transição (Leonel Mário d' Alva).

Por último, proferiram discursos Suas Excelências o Presidente da Assembleia Nacional e o Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 20 horas e 20 minutos.

O Sr. Presidente: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 19 horas e 20 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento d'Oliveira

Adilson Cabral Managem

Alda Quaresma da Costa D' Assunção dos Ramos

Álvaro João Santiago

Anaydi dos Prazeres Ferreira

Américo D'Oliveira Ramos

André Varela Ramos

Arlindo Quaresma dos Santos

Arlindo Ramos

Carlos Alberto Pires Pinheiro

Carlos Manuel Cassandra Correia

Carlos Manuel Vila Nova

Carlos Wilker da Silva Augusto

Celmira de Almeida do Sacramento dos Santos Lourenço

Elísio Osvaldo Espírito D'Alva Teixeira

Idalécio Augusto Quaresma

Jorge Sousa Ponte Amaro Bondoso

José António do Sacramento Miguel

José da Graça Diogo

Levy do Espírito Santo Nazaré

Milton Viegas Fernandes Lima

Mário Fernando de Jesus Rainho

Olinto da Silva e Sousa Daio

Paulo Jorge Carvalho

Sebastião Lopes Pinheiro

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Aéton do Rosário Crisóstomo

Amaro Pereira de Couto

Américo Cardoso Soares de Barros

Américo Cravid Pereira Pinto

Ana Isabel Meira Rita

António das Neves Sacramento Barros

António Quintas do Espírito Santo

Arlindo Barbosa Semedo

Cílio Sodjy da Vera Bandeira Pires dos Santos

Cristina Maria Fernandes Dias

Danilo Neves dos Santos

Deolindo Luís da Trindade da Mata

Eláckio Afonso da Marta

Filomena Sebastião Santana Monteiro D'Alva

Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos

Hélder dos Santos Ceita Joaquim

Jaime Pires Sequeira de Menezes

Jerónimo Lima Pires Quaresma

Maiquel Jackson do Espírito Santo

Manuel Vicente

Paula Maria Fonseca Tavares

Raúl do Espírito Santo Cardoso

Coligação Partido de Convergência Democrática e Movimento Democrático Força de Mudança e União dos Democratas (PCD/MDFM-UDD):

Arlindo Vicente de Assunção Carvalho

Danielson Alcântara Fernandes Cotú

Delfim Santiago das Neves

Felisberto Fernandes Afonso

Firmino João Raposo

Movimento de Cidadãos Independentes de São Tomé e Príncipe (MCISTP)
António Monteiro Fernandes
Beatriz da Veiga Mendes Azevedo

O Sr. Presidente: — Sr. Presidente da República, com a sua permissão, vou pedir ao Sr. Secretário para confirmar o quórum, para darmos início a esta sessão solene.

Conferido que está, há 30 Deputados na Sala, declaro aberta a sessão solene. Tratando-se de uma sessão especial, com apenas um ponto da ordem do dia, gostaria de cumprimentar, antes mais, a todos os convidados e passar, de seguida, a palavra ao Líder Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Danilson Cotú** (Coligação PCD/MDFM-UDD): — Excelentíssimo Sr. Presidente da República, Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Excelentíssimo Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Excelentíssimas Sras. e Srs. Ministros, Excelentíssimas Sras. e Srs. Deputados, Excelentíssimo Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Excelentíssimo Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Excelentíssimos Srs. Representantes do Corpo Diplomático, Excelentíssimo Sr. Bispo da Diocese de São Tomé e Príncipe, Senhoras e Senhores, Excelências:

Permitam-me partilhar com Vossas Excelências o meu estado de emoção, ao usar da palavra neste púlpito diante de vós, para, em nome do Grupo Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD, endereçar estas breves palavras, em virtude da comemoração de forma oficial do dia 21 de Dezembro, dia da posse do Governo de Transição.

A emoção que sinto é também por fazer história, tomando parte numa sessão solene realizada para enaltecer o sentido histórico e político do primeiro governo, chefiado por um filho destas ilhas, que carregava a nobre missão de preparar a independência nacional.

Excelências, a nossa vida política e social encontram neste dia, dia 21 de Dezembro, significados muito marcantes, que nos obriga a não ignorar, sob pena de estarmos a relegar partes da nossa vida colectiva a um plano secundário.

Reza a história que no dia 21 de Dezembro de 1471, dia de São Tomé, os navegadores portugueses, João de Santarém e Pero Escobar, desembarcaram na zona Norte desta ilha, razão pela qual baptizaram-na com o nome do Santo Padroeiro deste dia.

Quis também a nossa história que neste mesmo dia o nosso compatriota, Dr. Leonel Mário d'Alva fosse empossado para liderar o Governo de Transição, motivos que torna esta data ímpar na vida deste povo.

Excelências, Sr. Presidente da Assembleia Nacional, São Tomé e Príncipe, país pequeno geográfica e demograficamente, é parte de um mundo cada vez mais globalizado. Algumas características da comunicação em rede, típica deste momento, influenciam negativamente os valores da coesão social e enfraquecem a necessária unidade nacional. Daí ser imperioso que saibamos resgatar a nossa história colectiva, os valores da identidade nacional, como estratégias para a consolidação da tão necessária unidade entre os filhos destas ilhas, independentemente do espaço físico onde habitam. Por isso, Sr. Presidente da Assembleia Nacional, ao realizar a presente solenidade, Vossa Excelência está a colocar uma das pedras basilares para a edificação de um país mais unido e forte. Porém, se é inquestionável a justeza deste acto comemorativo de 21 de Dezembro, enquanto data crucial para merecida comemoração de 12 de Julho, enquanto dia da independência nacional, é também incontestável a imperiosa e urgente necessidade de reconhecermos a importância de duas datas relevantes da nossa história política. Refiro-me, por um lado, ao 26 de Novembro de 1974, data que em Argel as autoridades portuguesas e a representação do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) discutiram e concluíram os termos do conhecido Acordo de Argel, Acordo este que proporcionou a criação do Governo de Transição, empossado no dia 21 de Dezembro de 1974, razão da nossa estada aqui hoje.

E por outro lado, aos 20 de Janeiro de 1991, data em que povo de São Tomé e Príncipe conquistou a cidadania plena, pela possibilidade que finalmente se lhe abriu, 15 anos após a independência nacional, de escolher os seus representantes por sufrágio livre, universal, directo e secreto, com a realização das primeiras eleições legislativas no País.

Excelências, ao reconhecermos a importância da transição para a independência, realizada pelo Governo de 21 de Dezembro de 1974, reconhecemos tacitamente a importância de vivermos num país onde as autoridades entendem o respeito aos valores democráticos como factor da unidade e da coesão nacional.

Entendemos pois que vale a pena sempre acreditar e lutar pelo País que nos viu nascer, para que todos possamos usufruir da sua beleza natural, num clima de paz e harmonia social.

Senhoras e senhores, permitam-me, antes de terminar, render a justa e merecida homenagem aos santomenses que fizerem parte desse Governo de Transição e, de modo especial, ao Dr. Leonel Mário d' Alva, Primeiro-Ministro daquele governo, pessoa pela qual cultivo um enorme respeito e admiração.

Peço assim uma salva de palmas para o Dr. Leonel Mário d' Alva.

Aplausos gerais.

Muito obrigado e bem-haja a todos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr. Presidente do Tribunal de Contas, Sr. Procurador-Geral da República, Srs. Representantes do Corpo Diplomático acreditados na República Democrática de São Tomé e Príncipe, Srs. Antigos Presidentes da Assembleia Nacional, Caras e Caros Colegas Deputadas e Deputados, Excelências: É com muita honra que, em nome do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, vou proferir a presente dissertação, neste momento de comemoração do 21 de Dezembro e de homenagem aos antigos Presidentes da Assembleia Nacional.

O que nos congrega hoje e aqui é a confraternização, a convivência entre as Deputadas e os Deputados, representantes dos eleitores, comprometidos com a realização das aspirações e das expectativas das pessoas.

É um ceremonial repetitivo, solidamente inscrito na agenda de actividades anuais do Parlamento.

Coincidentemente, este convívio em que nos entregamos com a regularidade anual, associa-se neste ano à comemoração de 21 de Dezembro. O dia 21 de Dezembro é uma data mítica na nossa vivência colectiva, é um símbolo apreciável de relevância, um misto de rotura, de transição e de esperança. Rotura porque foi num 21 de Dezembro de pouco mais de cinco séculos atrás que o nosso percurso social sofreu um corte brutal. Os nossos antepassados foram submetidos a dominação externa, foi a data da chamada descoberta que marca o início do embate de duas culturas que acabaram por se fundir, gerando finalmente culturas e identidades específicas. Os relacionamentos entre as duas culturas não foram apenas brutais, tiveram também aspectos construtivos, dando lugar ao que é hoje cada uma das duas culturas. A cultura dominante não mais ficou a mesma, porque influenciada pelo nosso modo de vida, este acabou igualmente por mudar.

Transição, porque por protagonismo da nossa cultura e pelas limitações impostas pelos séculos de relacionamento colonial a cultura dominante acabou por admitir e consentir a autenticidade da nossa cultura. O fenómeno de fusão esteve presente em todo o percurso.

É indescritível que a nossa cultura hoje abarca o que somos, a nossa origem, associada ao que absorvemos da cultura colonial, sendo que esta não mais ficou a mesma, porque no mínimo levou consigo o reconhecimento do que somos. Esta combinação facilitou o reconhecimento das autenticidades e aceitação da nossa independência. O reconhecimento da autenticidade e culturas em relacionamento colonial não será nunca fusão absoluta das duas culturas. É natural que as duas culturas se transformem, mas não será menos natural que permaneça o orgulho pela autenticidade de uma e da outra, nutridas pelas raízes que são suas, veiculadas de geração após geração.

Dialecticamente, se por um lado o choque colonial gera fusão de culturas, por outro lado o fenómeno não faz desaparecer o confronto cultural. É por aí que ressurge a política, dando lugar a outro tipo de ruptura, ou seja, a descolonização. A descolonização é um percurso, misturando urbanidade e confrontação. Noutros termos, a descolonização é necessariamente o resultado de um processo negocial. No caso do nosso país, a negociação para a descolonização convencionou etapas no percurso.

No primeiro momento, instituiu a transição, para finalmente deixar espaço para a descolonização propriamente dita, ou seja, a independência nacional.

A transição começou em 21 de Dezembro de 1974, estendeu-se por 8 meses, até 12 de Julho de 1975.

Foi uma instituição mista composta de um alto-comissário representante do Chefe de Estado português e de um governo dito de transição, integrando elementos do MLSTP, então reconhecido pelo Estado português como o único e legítimo representante do povo de São Tomé e Príncipe. É essa transição de significado híbrido. Nem a independência, nem a colonização, mas também anúncio da descolonização e da independência que simboliza o 21 de Dezembro em São Tomé e Príncipe.

A transição deu lugar à independência, com o içar da nossa Bandeira Nacional, em 12 de Julho de 1975, data a partir de então nacional e orgulhosamente comemorada todos os anos.

O 21 de Dezembro de 1974 foi o primeiro passo para a independência de São Tomé e Príncipe e, como tal, foi também factor de esperança, alimentada pela colectividade dos cidadãos, de uma vida sempre melhor, animada de felicidade e de alegria.

Com a independência, suprimiu-se a administração colonial, instalou-se o Estado de São Tomé e Príncipe, composto pelos três poderes tradicionais do Estado, incluindo um parlamento, denominado primeiramente Assembleia Popular Nacional e hoje Assembleia Nacional.

Ao longo de pouco mais de 40 anos do nosso Estado, o nosso Parlamento prolonga-se num processo que hoje conta 11 Legislaturas e 12 Presidentes. No seu tempo e à sua maneira, cada um fez respeitar e enaltecer a função parlamentar, sustentador de vínculo democrático, próprio da relação entre o eleitor e o

deputado, sendo que todos, com maior ou menos grau, somos devedores, cabendo-nos honrá-los pelos feitos a que se entregaram, para a perenização da nossa independência e do nosso processo democrático.

É de realçar o trabalho legislativo substancialmente rico, desenvolvido para moldar o carácter do Parlamento e os contornos da sua representação, de referir ao Dr. Leonel Mário d' Alva e à Dona Alda Neves da Graça do Espírito Santo, em cujas presidências se deram corpo ao quadro eleitoral do País, mediante uma lei de 1980, por onde a Assembleia Popular Nacional era formada pela via de representação das Assembleias Populares Distritais e, década depois, a Lei Eleitoral de 1990, onde, sem renunciar a representação dos distritos da região na representação nacional, se conferiu às colectividades territoriais o poder de escolha directa dos deputados nacionais.

É verdade que o processo eleitoral vai-se aperfeiçoando, devendo-se em cada etapa amadurecer a reflexão para uma representação cada vez mais coerente, com os objectivos democráticos processados para a escolha sempre mais directa pelos eleitores dos seus representantes.

É simplesmente de justiça mencionar novamente a Dona Alda Neves da Graça do Espírito Santo, cujo papel, sem dúvida, de muito elevada importância, contribuiu para a passagem, sem qualquer sobressalto, do parlamento monolítico para a instituição parlamentar multipartidária, que se afirma como um dos factores de unidade nacional de que hoje todos nos orgulhamos.

É também de justiça recordar o papel decisivo de Presidentes do Parlamento, em momentos em que se devia ultrapassar dificuldades que se colocaram. De saudar a Presidência do Dr. Dionísio Tomé Dias, na gestão da crise de 2003, resultada da crise entre a Assembleia Nacional e o Presidente da República. Passou-se de uma decisão de dissolução da Assembleia Nacional para a reposição a seguir do seu normal funcionamento. Poupou-se ao País momentos de instabilidade. O diálogo e a concertação geraram compromisso para uma saída airosa, dando corpo à Constituição da República actualmente em vigor.

Enaltecer ainda a presidência do Dr. Francisco Fortunato Pires, cuja intervenção e participação contribuíram decisivamente para a reposição da ordem constitucional, abalada por um golpe de Estado em 1995.

A nossa Assembleia Nacional progrediu, e em muito. O estágio em que a instituição se encontra hoje fica devido ao trabalho abnegado e consequente, a entrega sem condições dos que hoje são homenageados. As suas acções merecem o reconhecimento pelo mérito. Fica-nos o dever de as preservar, transmitir e sempre destacá-las, para conhecimento das futuras gerações de deputados, de jovens e da colectividade nacional.

A oportunidade quanto à comemoração do 21 de Dezembro e a homenagem dos Presidentes do nosso Parlamento interpela-nos para o amadurecimento da reflexão, com vista à produção de resultados, objectivos de todos os pontos de vista aceitáveis, para as suas regulamentações com adequadas sustentação teórica e o devido enquadramento prático.

Muito obrigado pela vossa atenção!

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Para concluir as intervenções dos respectivos grupos parlamentares, convido o Líder Parlamentar do ADI para fazer a sua intervenção.

O Sr. **Abnaldo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente da Assembleia Nacional, queira, em primeira mão, como anfitrião, receber os calorosos votos de cumprimento. Olhando para este auditório multiforme, ressalta-me a presença amável e estimável do mais alto magistrado da Nação, Sua Excelência Sr. Presidente da República, Evaristo do Espírito Santo Carvalho, a quem agradecemos pela presença neste acto, não só como Presidente da República, mas também como antigo deputado e Presidente desta Casa Parlamentar.

Caras Deputadas, Caros Deputados: Apercebo-me igualmente das presenças de Suas Excelências o Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, distintos membros do Governo, ex-Presidente da República Fradique de Menezes, os Presidentes dos Tribunais Superiores, Sr. Procurador-Geral da República, das altas Chefias Militares e Paramilitares, a quem aproveito a sublime ocasião para endereçar os cumprimentos do meu Grupo Parlamentar.

Aos ilustres convidados, Sr. Bispo da Diocese, ao corpo diplomático e representantes dos organismos internacionais acreditados no nosso maravilhoso país, destacadas individualidades, queiram receber de igual modo as saudações do Grupo Parlamentar do ADI.

Aos colegas Deputados, aqui fica a firme vontade do meu Grupo Parlamentar em tudo fazer para que a santidade do Tomé, posta à prova quando viu Jesus, nos encha de ânimo, para junto trabalharmos e sempre num acreditar no futuro melhor.

Hoje, 21 de Dezembro, há mais de 500 anos da descoberta da Ilha de São Tomé, é com júbilo que festejamos essa descoberta, nesse espírito de descobridores e navegadores, que nada se alcança sem o trabalho de equipa. Juntos poderemos remar o barco para o porto seguro e quem sabe para a descoberta que traga o bem-estar para o nosso Arquipélago e o nosso maravilhoso povo.

Ao mesmo tempo que celebramos a descoberta, celebramos também 44 anos do Governo de Transição, liderado pelo Dr. Leonel Mário d'Alva aqui presente nesta cerimónia, a quem aproveito a ocasião, em nome do meu Grupo Parlamentar e do meu Partido ADI, para manifestar o nosso devido reconhecimento.

Mas não podemos esquecer-nos de que 21 de Dezembro, enquanto data política, é resultado do Acordo de Argel, assinado a 26 de Novembro de 1974 e que todos nós devemos reflectir na importância desse momento histórico e na necessidade de ser também um dia feriado.

De igual modo, celebramos o 21 de Dezembro como dia santo, dia de Santo Tomé. Tomé, homem de muita fé.

Nessas três dimensões de celebração, obviamente, cada uma com o seu simbolismo, desperta as nossas consciências de que, para além das festividades, urge a necessidade de um exame de consciência e o propósito firme de emendas, nalguns casos, e, noutras, como navegadores, continuamos com toda a perseverança na busca do progresso e bem-estar dos são-tomenses.

Certamente, a razão nos faz superiores aos demais animais da natureza e, por mais que tenhamos percepções diferentes, temos algo em comum, a razão. É na base da razão que afirmamos que o nosso passado comum nos conduziu às celebrações de hoje e ninguém, por mais que duvide, resistirá diante das evidências das obras feitas e de todo o legado que recebemos, que constitui para nós um património que devemos todos preservar.

Uma verdade que não escapa à nossa vista é que desde 1990, com o multipartidarismo, apesar de momentos políticos, alguns deles conturbados, hoje, podemos afirmar que somos uma democracia viva e que nos últimos 28, nunca foi posta em causa e sempre soubemos ultrapassar pontos de divergências e, com a fé de Tomé, acreditamos que seremos capazes de sempre nos entendermos, na defesa e na causa, São Tomé e Príncipe.

Como qualquer descoberta científica sujeita-se à aprovação dos pares da comunidade, a nova verdade revalida aquela que está em uso. Mas, haja retórica na comunicação dos resultados, sob pena de não conseguirmos convencer aqueles que depositam a sua confiança e esperança em nós. Estamos certos de que quem manda é o povo, quem orienta é o governo, quem legisla, em nome do povo, são os deputados, e os juízes, por sua vez, ditam o direito em nome do povo. Assim, todos estamos em representação do povo, cada um a seu nível. Estamos todos, em nome do povo, neste feriado nacional, para dizer que valeu a pena, que vale a pena e que valerá sempre a pena festejarmos juntos 21 de Dezembro, nas três dimensões.

Para mim, em particular, é uma honra e em nome do Grupo Parlamentar e do Partido ADI, os nossos agradecimentos aos obreiros deste maravilhoso País, desde os descobridores, sem esquecer às ilustres figuras, como o Dr. Leonel Mário d' Alva, Primeiro-Ministro do Governo de Transição, Dona Alda do Espírito Santo, a nossa matriarca, o ex-Presidente Miguel Trovoada, Primeiro-Ministro do primeiro Governo Constitucional, e o ex-Presidente, Manuel Pinto da Costa, primeiro Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Excelências, as celebrações de hoje são frutos do passado. Apesar de todo o legado, não podemos ficar presos ao passado, sob pena de comprometermos o futuro. Por isso, atendendo à realidade actual e considerando que temos uma população maioritariamente jovem, gostaria de aproveitar a ocasião desta efeméride para apelar e desafiar os jovens de hoje, que serão homens de amanhã, para que, com base no legado dos homens de ontem, possam olhar e assumir o futuro com confiança.

Que os novos navegadores e construtores desta Nação, com ênfase para a nova geração de políticos, continuem a obra deixada pelos homens de ontem.

Viva São Tomé e Príncipe e que Tomé interceda por nós!

Obrigado.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Líder Parlamentar do ADI.

Antes das intervenções dos membros da Mesa, dada a importância da data, irei pedir a indulgência das Sras. e dos Srs. Deputados para que o ex-Primeiro-Ministro do Governo de Transição possa fazer uma intervenção.

Convido o Dr. Leonel Mário d' Alva a fazer a sua intervenção.

Aplausos gerais.

O Sr. Leonel Mário d' Alva (ex-Primeiro-Ministro do Governo de Transição): — Boa tarde a todos.

Excelentíssimo Sr. Presidente da República, Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Excelentíssimo Sr. Primeiro-Ministro, Excelentíssimos Srs. Presidentes do Supremo Tribunal Justiça, do Tribunal Constitucional e do Tribunal de Contas, Excelentíssimos Srs. Deputados, Excelentíssimos Srs. Membros do Corpo Diplomático, Minhas Senhoras e Meus Senhores: As minhas primeiras palavras vão para saudar amistosa e calorosamente todos os participantes nesta cerimónia, em que se comemora o 44

ano da data de tomada de posse do Primeiro Governo, constituído por naturais da nossa terra, o Governo de Transição.

Vão as minhas ardentes felicitações à nova direcção da Assembleia Nacional, por esta iniciativa que nos permite lembrar o passado, para melhor caminhar na senda de um futuro melhor.

Essa data histórica de 21 de Dezembro de cada ano já era dia feriado em São Tomé e Príncipe, que se comemorava com muita festa e alegria, antes do Governo de Transição, que só começou as suas funções, em 21 de Dezembro de 1974. Assim, pode-se perguntar: por que razão o Bureau Político do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe escolheu esta data para o início do Governo de Transição? O argumento que prevaleceu na altura em que os dirigentes do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) discutiram qual seria a data mais conveniente para o início do Governo de Transição, previsto no Acordo de Argel, concluído em 26 de Novembro de 1974, foi: o povo de São Tomé e Príncipe estava ansioso, pois queria ver instalado, o mais rapidamente possível, o Governo de Transição. Por isso, era urgente fixar uma data, no mês de Dezembro. Mas, no mês de Dezembro, já havia outros feriados e não era conveniente ajuntar mais um feriado. Assim, optou-se pelo dia 21 de Dezembro, que era o dia em que a maioria do nosso povo vinha celebrando o São Tomé Poderoso.

Assim, poderia também acreditar que o seu padroeiro, São Tomé, estaria ao lado do primeiro Governo constituído por filhos da nossa terra e não deixaria de ser padroeiro depois da data da independência. Assim, o dia 21 de Dezembro passou a ser celebrado, não somente, como o dia da descoberta da maior ilha do arquipélago e do seu Santo Padroeiro, Tomé, mas também como o dia em que se começou a concretizar-se a liberdade política do povo de São Tomé e Príncipe.

Na Primeira República, também se celebrava nesta data o dia do poder local, em que os dirigentes contactavam com as populações, para discutir os problemas locais e do País e procuravam uma maior proximidade entre o governante e o governado.

Em 21 de Dezembro de 1974, a população sâo-tomense era cerca de 80 000 pessoas. Volvidos 44 anos, ela é cerca de 200 000. Esses dados nos revelam que hoje existem mais de 120 000 pessoas que não estavam ainda vivas neste importante acontecimento em que muitos dos nossos conterrâneos consentiram grandes sacrifícios, perderam as suas vidas, no intuito de poder ver concretizadas as suas aspirações de São Tomé e Príncipe livre e independente e no caminho do progresso e do bem-estar para toda a população. Mas muitos já não estão neste mundo, como a Dona Alda Graça do Espírito Santo, António do Espírito Santo, Geovani, Nuno Xavier, Paulo Freire e outros. Por isso, peço 1 minuto de silêncio em homenagem a todos que já morreram, tendo lutado para que conseguíssemos a nossa liberdade política, em 12 de Julho de 1975.

O Plenário guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.

Durante a fase do Governo de Transição, foram realizadas, em 7 de Julho de 1975, eleições em São Tomé e Príncipe, em que foram eleitos os Deputados à Assembleia Representativa e Constituinte, através da qual foram transmitidos, pelo representante do Governo português, os instrumentos da soberania a São Tomé e Príncipe.

O Presidente da Assembleia Representativa e Constituinte foi o engenheiro Nuno Xavier e foi com ele assinado, na Praça da Independência, um instrumento da passagem da soberania para o povo de São Tomé e Príncipe.

Depois da independência, foi elaborada a Primeira Constituição da República e criada uma Assembleia Nacional Popular, e eu fui o Primeiro Presidente dessa Assembleia, de Dezembro de 1975 a 1980.

Minhas senhoras e meus senhores, pressente-se que a nova maioria parlamentar está consciente da necessidade de ter presente a situação real do País, para encontrar o melhor caminho, de modo a resolver os problemas que o País enfrenta.

Hoje, São Tomé e Príncipe está enfrentando muitas dificuldades: grande falta de capacidade de produção de energia eléctrica para as necessidades de consumo no País; grande desequilíbrio entre a nossa produção e os bens e serviços, em relação à nossa necessidade de consumo e investimento; um grande desequilíbrio financeiro na nossa balança de pagamento, montante exorbitante de dívidas, ultrapassando as nossas possibilidades de as poder reembolsar. Portanto, é imprescindível que haja compreensão dos responsáveis políticos, para sairmos da difícil situação em que se encontra o nosso país.

Neste dia em que a Assembleia Nacional celebra o aniversário do Governo de Transição, a minha sugestão é que calendarize ou venha a calendarizar uma data para uma profunda reflexão sobre a situação do nosso país, nos domínios do seu desenvolvimento político, económico, financeiro, social, cultural e nas suas relações com o resto do mundo. Por exemplo: onde estamos no domínio político-administrativo? Onde queremos ir? Como podemos ir? Onde estamos no domínio económico e financeiro? Onde queremos ir? Como podemos ir? Onde estamos no domínio cultural? Onde queremos ir? Como podemos ir? Onde estamos nas nossas relações com o resto do mundo? Onde queremos ir? Como podemos ir?

Minhas senhoras e meus senhores, não obstante as diferenças partidárias, julgo ser salutar a cooperação, para podermos enfrentar a actual situação do nosso país. Com a busca de consenso, união e

sinceridade, estou convencido de que encontraremos, de certeza, a porta de saída para um futuro melhor no nosso país.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Dr. Leonel Mário d'Alva.

Sr. Presidente, com a sua permissão, irei fazer uma declaração a esta Magna Assembleia.

Sua Excelência o Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Sua Excelência o Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Sua Excelência o Presidente do Tribunal Constitucional, Sua Excelência o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sua Excelência o Presidente do Tribunal de Contas, Excentíssimas Sras. e Srs. Deputados, Excentíssimos Srs. membros do Governo, Excentíssimo Sr. Procurador-geral da República, Sua Excelência ex-Presidente da República Fradique de Menezes, a quem eu saúdo particularmente pela sua presença aqui, justificando de igual modo a ausência de outros dois ex-Chefes do Estado, o Presidente Manuel Pinto da Costa, que se encontra ausente do País, e o Presidente Miguel Trovoada, que por razões de sua agenda não pode cá estar connosco, Excentíssimo Sr. Presidente do Governo Regional do Príncipe, Digníssima Sras. e Srs. Membros de Corpo Diplomático em São Tomé e Príncipe, Vossa Reverendíssima Don Manuel António Mendes dos Santos, Bispo da Diocese de São Tomé e Príncipe, Excentíssimos Srs. Ex-Presidentes da Assembleia Nacional, Excentíssimos Srs. Chefes Militares e Paramilitares, Caras e Caros Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Ao fazer o uso da palavra em cerimónia de tão elevado significado para abordagem de uma data que se articula de forma pertinente, com as origens, religião e a história de São Tomé e Príncipe, não posso eximir-me de um sentimento de redobrado júbilo pela feliz contingência de em momento tão singular da nossa vida colectiva, podermos contar com a prestimosa presença de Sua Excelência o Presidente da República, Evaristo de Carvalho, e demais entidades nacionais e estrangeiras.

Saúdo, em fim, todos os presentes e a todos transmito esta grande satisfação, convicto de que é comum o sentimento que hora nos anima.

Constitui igualmente motivo de contentamento testemunhar o interesse que nos despertou a razão a que se conduziu à realização da presente sessão solene, concebida para abordarmos com necessário pragmatismo o triplo significado que assume para os são-tomenses a data de 21 de Dezembro.

Neste aspecto, ser-me-ia decerto fácil não abarcar a uma dessas referências históricas habitualmente em estado nebuloso nas nossas apreciações, a qual se prende com a chegada dos portugueses que, segundo nos ensina a história, passaram a alimentar, no início do século XV, o sonho de criar um novo espaço marítimo que lhes permitisse assegurar as rotas para o comércio com o Oriente. Era tão necessário descobrir progressivamente o oceano Atlântico. Foi assim que começou, em 1919, a expansão marítima portuguesa de século XV, que conduziria ao contacto provavelmente em 21 de Dezembro de 1470, com a ilha que baptizaram de São Tomé, em homenagem a um dos apóstolos de Jesus Cristo, o Apóstolo Tomé.

Descoberta ou mero e inesperado encontro, a data faz parte do nosso acervo histórico, por ter trazido à baila a ilha que por diversas vicissitudes, de tempo e graças do trabalho da mão-de-obra escrava africana, ascenderia no século seguinte, através da produção do açúcar, o lugar de destaque na conjuntura económica da época.

O segundo aspecto de cariz histórico, aliás um dos mais importantes do nosso passado mais ou menos recente, tem a ver com a entrada em funções, na sequência do acordo de Argel em 1974 do Governo de transição, chefiado pelo Dr. Leonel Mário d' Alva, que nos honra com a sua presença, que se traduziria pela primeira vez em termos oficiais numa relativa posição de mando dos filhos da terra face ao poder colonial.

Daí que não seja despicienda a sua evocação, algumas décadas depois antes se figurando como um dever patriótico, regressar à época em que se julgava como em nenhuma outra o futuro de São Tomé e Príncipe, na perspectiva da pátria livre, independente e soberana, com que tanto sonharam os nossos antepassados.

Por último, a comemoração do dia do Venerando Santo Padroeiro, São Tomé Poderoso, que aliado a Santo António do Príncipe protege o Arquipélago de todos e quaisquer contratempos e dissabores, desvendando mistérios e sobrepondo-se a inimigos visíveis e invisíveis, a esse respeito quero aproveitar a oportunidade para felicitar o Sr. Bispo, pela maravilhosa e significante cerimónia religiosa que hoje se realizou na Sé Catedral de São Tomé, e através de si endereçar a todos os outros participantes na cerimónia os nossos agradecimentos, pela tão bela e organizada cerimónia religiosa. Eis o que me apraz dizer.

No desejo único de contribuir para o aclaramento de aspectos nem sempre trazidos à ribalta das nossas questões essenciais, voltando à cerimónia religiosa que hoje tive o prazer e a oportunidade de assistir, alguma coisa lá aprendi. Dizia um cântico do coral que «quando algo não é bom para comer, não é bom para beber, não é bom para vestir, não dê aos teus irmãos». Traduzindo isso, não faça mal a ninguém quando não quer que se faça mal a si.

Que São Tomé Poderoso nos proteja.

Muito obrigado.

Aplausos gerais.

Para encerrar esta parte da cerimónia da sessão solene alusiva ao dia 21 de Dezembro, convido Sua Excelência o Presidente da República, para fazer a sua declaração perante o Plenário.

O Sr. **Presidente da República** (Evaristo de Carvalho): — Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia Nacional.

Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Srs. Presidentes do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Procurador-geral da República, Sr. ex-Presidente da República Fradique Bandeira Melo de Menezes, Srs. ex-Presidentes da Assembleia Nacional, Sr. ex-Primeiro-Ministro do Governo de Transição, Camarada Dr. Leonel Mário d' Alva, Líderes dos Partidos Políticos, Membros do Corpo Diplomático e das Organizações Internacionais acreditadas em São Tomé e Príncipe, Sr. Bispo da Diocese, Altas Individualidades Civis Militares e Religiosas, Minhas Senhoras e Meus Senhores: 21 de Dezembro de 1974, data crucial do processo da Independência da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Recordar hoje 21 de Dezembro de 1974 é mesmo que partilhar com todos os presentes o momento de reconhecimento de direito a autodeterminação do nosso povo.

Fica, porém, descontextualizado o 21 de Dezembro de 1974, se aqui não fizermos um esforço de retrocedermos na história e situarmo-nos justamente no 25 de Abril de 1974, ou se não mesmo na luta clandestina e depois reconhecido do genuíno Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe. Este sim, de todos combatentes da liberdade da pátria e de todos os são-tomenses que no acordo de Argel firmaram com as autoridades portuguesas o início do processo de transição para a proclamação da nossa Independência, em 12 de Julho de 1975.

É neste contexto histórico que ganha importância a data de 21 de Dezembro de 1974, ou seja, o início de funções do Governo de Transição, chefiado pelo membro do então Movimento, Dr. Leonel Mário d' Alva.

Foi ao Governo de Transição que coube a árdua missão de conduzir todo o processo para a proclamação, a 12 de Julho de 1975, a nossa Independência.

Devemos pois render homenagem a todos que de uma forma ou de outra deram o seu valioso e prestigioso contributo para que hoje estejamos a viver num país livre.

Viva 21 de Dezembro.

Viva São Tomé e Príncipe!

Muito obrigado.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Com a intervenção de Sua Excelência o Presidente da República, damos por encerrada esta sessão solene e passaremos à actividade a seguir.

Eram 20 horas e 20 minutos.